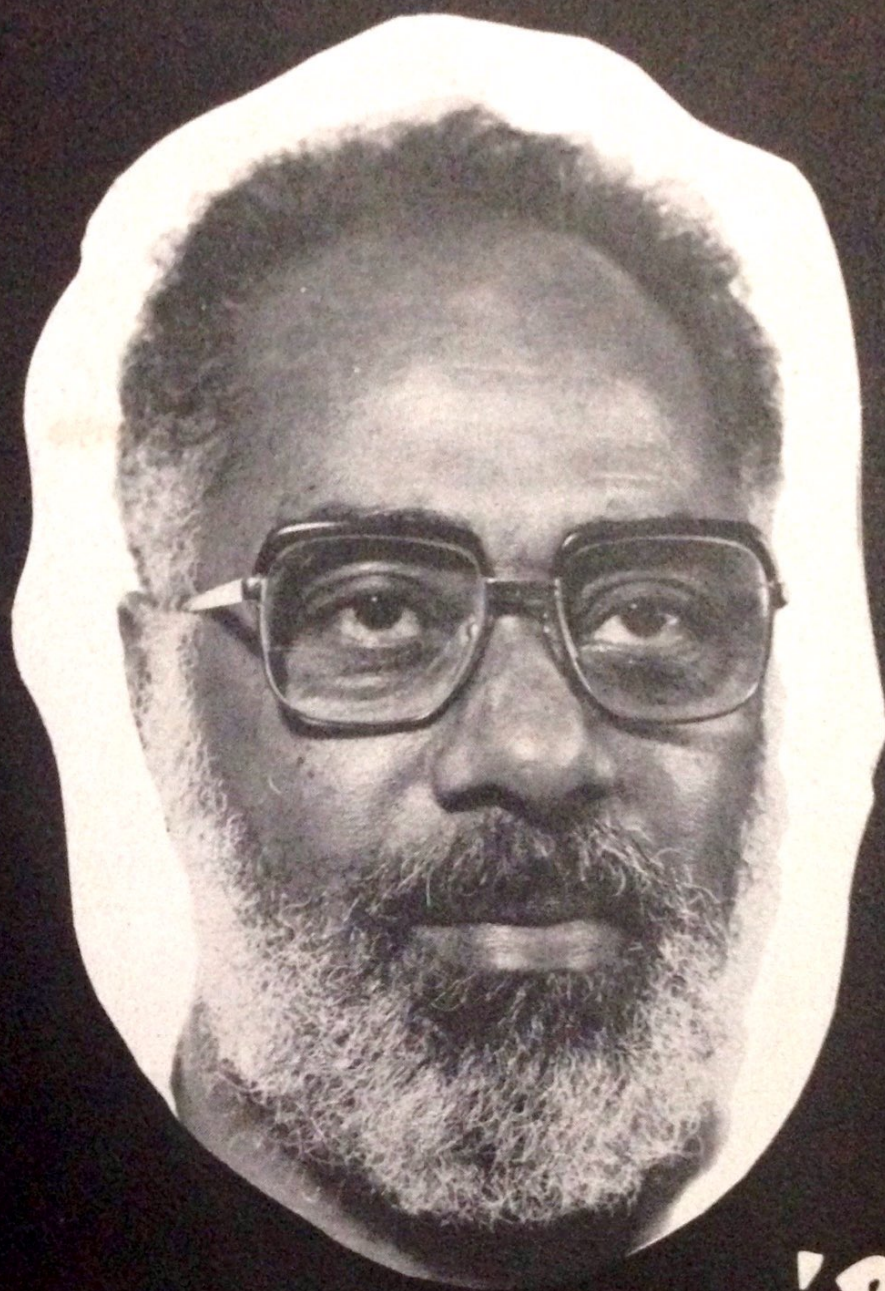


ABDIAS DO NASCIMENTO



**JORNADA
NEGRO-LIBERTÁRIA**

IPEAFRO
1984

Copyright © 1984 by Afrodiáspora

Outras publicações do IPEAFRO/Afrodiáspora:

Afrodiáspora — Revista do Mundo Negro (4 números, 1983 e 1984).

Elisa Larkin Nascimento, *Pan-Africanismo na América do Sul*.
Co-edição com Editora Vozes, 1981.

Outras obras de Abdias do Nascimento:

O Genocídio do Negro Brasileiro. Paz e Terra, 1978.

Sortilégio: Mistério Negro de Zumbi Redivivo. Paz e Terra, 1979.

O Negro Revoltado, 2.^a ed. Nova Fronteira, 1980.

Combate ao Racismo, vols. 1, 2 e 3. Câmara dos Deputados, 1983 e 1984.

Axés do Sangue e da Esperança (Oríkis). Ed. Achiamé e Rio Arte, 1983.

Informações e solicitações:

IPEAFRO/Afrodiáspora
Rua da Lapa, 180 s. 804
20021 Rio de Janeiro, RJ
tel. 242-0619

INDICE

	Página
Prefácio	5
Libelo contra o racismo	7
Consciência racial no Brasil	13
Juramento a Zumbi	25

PREFACIO

"A grande questão do século vinte será a questão da linha de cor." Assim profetizou o intelectual e escritor negro norteamericano W. E. Burghart DuBois, em 1900, na sua histórica comunicação à Conferência Pan-Africana, evento inaugural do movimento Pan-Africano deste século. E não há dúvida que a história mundial desde então ficou marcada principalmente pela revolta e libertação do chamado "terceiro mundo" contra sua subjugação colonialista e imperialista pela Europa e o sistema dominante euro-americano dos Estados Unidos. O conteúdo essencial da "linha de cor" a que DuBois se refere resume-se num aspecto primordial da dominação colonialista — aspecto que infelizmente escapa à análise de certos setores engajados na luta contra ela. Referimo-nos ao eurocentrismo, ou seja, a ideologia segundo a qual a Europa constitui o berço único da civilização e cultura "universais", e o ser humano europeu um homem superior aos seus semelhantes, filhos originais da África, Ásia e América.

Se essa ideologia serviu à subjugação do mundo africano, asiático e americano pelos colonialistas escravocratas da Europa, ela também serve à subjugação das populações de origem africana e indígena dos países americanos invadidos pelos europeus, cujos descendentes continuam até hoje monopolizando o poder como herança direta da agressão colonialista perpetrada pelos seus antepassados. E, se até as décadas de 1960 e 1970 a questão da linha de cor definiu-se sobretudo pelo processo de independência dos países africanos e asiáticos, ao mesmo tempo ela foi marcada pela conscientização e pela luta libertária dos povos dominados pelo eurocentrismo nas Américas: os afro-americanos e indígenas. O Brasil não constitui exceção.

O movimento negro brasileiro está presente desde a fundação da colônia, nos quilombos, no abolicionismo afro-brasileiro, na imprensa negra e nas entidades, irmandades e organizações da comunidade negra. Entretanto, somente agora a sociedade nacional parece começar a demonstrar alguma sensibilidade em relação à justiça e à gravidade desse grito afro-brasileiro. Pelo menos, vemos que em vários congressos e eventos de natureza acadêmica, cultural-educacional e política, estão se abrindo espaços para a discussão da questão racial no Brasil. Antigamente, essa discussão era vetada pela vigência autoritária do mito da "democracia racial".

Os textos aqui reunidos registram algumas conquistas significativas do movimento negro. O Memorial Zumbi, que reúne entidades afro-brasileiras de todo o país, constitui um marco histórico no pro-

cesso de recuperação da história afro-brasileira, a partir da institucionalização do Dia Nacional da Consciência Negra a 20 de novembro (reivindicação antiga do movimento negro) nas suas peregrinações anuais à Serra da Barriga. O tombamento do mais antigo terreiro de candomblé, a Casa Branca da Bahia, foi uma vitória alcançada, pelo menos em parte, pelos esforços do Memorial Zumbi e da comunidade negra. Esperamos vê-la seguida pelo tombamento da própria Serra da Barriga, local da República dos Palmares. A Quinzena Afro-Brasileira, já instituída pela Assembléia Legislativa do Rio de Janeiro mediante aprovação do projeto de lei de autoria do Deputado negro José Miguel, constitui outra conquista importante. E a inclusão de uma aula sobre "Consciência Racial no Brasil" como parte de um curso sobre África patrocinado por uma instituição semi-oficial do Estado de Minas Gerais ainda revela-se um gesto positivo de respeito e consideração às reivindicações afro-brasileiras. Interessa registrar, em relação a essa aula, que ela foi proferida simultaneamente à participação de um grupo de militantes da causa afro-brasileira no 1.º Encontro Nacional de Política Cultural. Esse evento, sob a égide do Secretário de Cultura de Minas, Deputado José Aparecido, reuniu Secretários de Estado, de Cultura e de Educação e Cultura, com destacados homens e mulheres da cultura nacional. Uma das questões mais polêmicas do Encontro foi a questão racial, e uma série de resoluções foi adotada a respeito.

Esta **Jornada Negro-Libertária**, e os eventos que lhe deram origem, ajudam, assim, a registrar o processo de concretização no Brasil da profecia de W. E. B. DuBois. O IPEAFRO e a Afrodiáspora, dentro de sua proposta de pesquisa e documentação da realidade afro-brasileira na sua relação com o mundo africano, tem orgulho e prazer ao apresentar esse pequeno volume ao público interessado.

Rio de Janeiro, 19 de agosto de 1984

Elisa Larkin Nascimento

Libelo contra o Racismo *

Sr. Presidente, Srs. Deputados; minhas irmãs e meus irmãos de militância negra:

Este é um momento profundamente significativo na trajetória de nossa raça no Brasil. Pela primeira vez na história deste país, a raça negra tem o privilégio de discutir e comemorar os seus heróis no âmbito das instituições nacionais. Estamos assistindo, neste novembro de 1983, a uma transformação muito profunda no Brasil. A comunidade negra, depois de tantos decênios de esbulho da sua história e dos seus destinos após o 13 de maio de 1988, está nesta década afirmando a sua vontade inquebrantável de resgatar sua imagem, sua história, seus valores morais; de resgatar o seu ser humano na sua integridade, sem pedir licença, sem se curvar, sem transigir. É importante que, nesta Assembléia do Povo do Estado do Rio de Janeiro, se realize este ato como parte desta trajetória de libertação. O Rio de Janeiro tem um papel de caixa de ressonância para todo o país. Estamos, brancos, negros e mestiços deste Estado, fornecendo um novo modelo de convivência para todo o Brasil, porque aqui uma minoria democrática e progressista dessa minoria branca que domina o poder, compreendeu o esbulho e a opressão que pesa sobre a população negra por quase cinco séculos. O Governador Leonel Brizola é o exemplo eminente dessa minoria progressista.

Não fomos escravizados apenas em nosso físico; nos agrediram em nosso espírito, nossa identidade; em nossa própria condição de seres humanos. Estamos aqui, neste ato de confraternização, ensaiando um gesto de amor. Mas o nosso é um amor viril, que não exclui a articulação da verdade face a face. Nesta Assembléia, estamos cara a cara com as classes dirigentes da nação, dizendo que não aceitamos mais o papel de cidadãos de segunda classe que nos impuseram. Os africanos escravizados, nossos pais, nossos avós, nossos bisavós, construíram sozinhos este Brasil. No entanto, o escândalo da nossa destituição permanece até os dias de hoje. Pois isto de se julgar que somos iguais apenas porque assim afirma a Constituição da República; isto de se negar que somos esmagados pelo racismo apenas porque batemos uma bola aí pelos campos de futebol ou tomamos juntos uma cachaça nos desfiles de carnaval, nada significa,

* Discurso de improviso, na Sessão Solene de Abertura da Primeira Quinzena da Feira de Cultura Afro-Brasileira (Plenário da Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro, Palácio Tiradentes, 4 de novembro de 1983).

multo pelo contrário. Quando exibem a mestiçagem brasileira, quando exibem o mulatismo brasileiro como a prova da inexistência do racismo ou da discriminação racial, estão apenas escamoteando que essa mestiçagem tem ocorrido à custa do estupro da mulher africana e da mulher negra. Isto que supostamente seria um valor da nossa civilização é exatamente o contrário, é a prova do crime sistemático, do crime que ainda é perpetrado até os nossos dias contra a mulher negra. Por isso, os negros de hoje não aceitam mais a domesticação de falar macio pelo temor de ofender aqueles nossos aliados brancos. Sabemos que nossos verdadeiros amigos de qualquer raça hão de compreender as nossas razões. Não temos ódio a ninguém. Mas não podemos olhar com amor esta estrutura racial eurocêntrica que tem monopolizado todo tipo de poder, desde o poder político, passando pelo poder econômico, até ao **status** social, às custas do esbulho e da aviltação de toda uma raça. Não podemos aceitar que nos queiram calar, emudecer a nossa voz com **slogans** vazios, e palavras retóricas, quando denunciemos aquilo que nos atinge na carne e no coração. Pois o racismo não é apenas uma ocorrência ou um fato tópico, ele não é apenas uma discriminação fortuita que sofremos quando nos impedem de entrar pela porta da frente de um edifício e nos apontam a porta dos fundos. O racismo não é apenas a transformação da mulher negra e da mulata em objeto de exploração sexual. Ele é muito mais, ele é uma estrutura que tem o seu valor em si mesma, uma estrutura de dominação e de exploração que está inserida em todo o tecido que forma isso que chamamos de cultura brasileira; é uma cultura racista, que tem ensinado às gerações de brasileiros a cultivar um supremacismo branco e a desprezar e a humilhar aqueles que não pertencem à mesma origem racial. A criança negra, desde os seus primeiros dias, aprende nas nossas escolas elementares a se auto-desprezar, a se auto-odiar por causa da sua cor. O que é que ensinam às crianças negras deste Brasil? Ensinam apenas isto: que o negro nasceu para escravo, e nada mais. Não contam, não falam das antigas culturas africanas. Não falam das culturas legítimas africanas. Não falam dos valores que os africanos trouxeram, mesmo sob correntes, valores esses que são os fundamentos da nossa nacionalidade. Não falam da nossa experiência histórica. Não falam do que o negro significa hoje para a construção do futuro deste País. E assim a criança negra não tem auto-estima, não tem o amor e o respeito para os seus pais e para os seus antepassados.

E assim vemos este povo desestruturado como comunidade, desestruturado como personalidade. Tal desagregação ocorreu apesar do esforço dos nossos sacerdotes e sacerdotizas, e a eles eu rendo a minha profunda homenagem, porque foi nos terreiros de candomblé, da umbanda, foi nesses templos freqüentemente varejados e desrespeitados pela violência policial, que a raça pode sobreviver. Foi nesses templos que a raça buscou conforto e encontrou uma mão amiga para minorar as suas necessidades materiais e espirituais. Nesses templos, foram as ialorixás e os babalaôs os responsáveis pela sobrevivência da nossa raça, fixando o que existe de coesão e

de definição do negro como uma comunidade, um povo, uma nação. Temos muita dívida, uma dívida imensa para com essa religião. E quando dizem que a religião tem sido o ópio do povo ou tem sido o instrumento de imobilização social, isto não se aplica às religiões africanas. Isto não se aplica ao candomblé, à umbanda, a nenhum dos ramos das chamadas religiões afro-brasileiras, porque estas, muito pelo contrário, têm sido a vanguarda, têm sido a resistência cultural, têm sido o nosso parâmetro de identificação de nós mesmos. A história das nossas religiões ainda não foi escrita. Quando o historiador das nossas religiões escrever o que tem sido a penitência dos nossos templos e das nossas sacerdotizas e sacerdotes, se verá quanto sangue, quanto suor, quanta dor oculta foi necessário verter para que a nossa religião exibisse hoje essa face grandiosa. Porque, apesar de as estruturas dominantes não definirem as religiões afro-brasileiras como religiões, mas apenas como cultos animistas e outras definições pejorativas, a nossa religião tem, no mesmo grau que as outras, a sua filosofia, a sua ética, a sua epistemologia. Não existe inferioridade entre a nossa religião e qualquer outra religião do mundo. E isto só ocorre porque as estruturas dominantes ainda são racistas etnocêntricas e os nossos valores são invariavelmente referidos aos valores que nos vêm da Europa ou vêm da Europa via Estados Unidos.

É por isso que esta sessão e toda a postura da comunidade negra nos dias de hoje é importante. Constitui uma mudança de 180 graus naquilo que sempre se julgou como uma reivindicação da raça negra. Não estamos mendigando emprego, não estamos mendigando entrar pela porta da frente, não estamos mendigando o abraço do branco, não estamos mendigando beber cachaça com o branco, não estamos mendigando bater bola com o branco. Nós estamos exigindo respeito ao nosso ser humano. Os nossos irmãos de outras raças compreendem muito bem que, para que eles possam ter um verdadeiro amigo, um verdadeiro irmão, é preciso que esse irmão também não sofra humilhação, não sofra destituição, não sofra nenhum rebaixamento. Por isso não estamos pedindo licença ao branco.

Nós estamos de pé lutando sem descanso, sem tréguas e sem concessões, na reivindicação daquilo a que temos direito. Ninguém pode nos negar o direito de definir este Brasil, de participar no poder deste Brasil. E como muito bem disse o nosso colega Augusto Ariston, onde está o Presidente da República negro desta nação construída por negros? Onde estão os Embaixadores negros deste país edificado por negros? Onde estão os Governadores de Estado, mesmo nos estados 90% africanos, como é o caso da Bahia e do Maranhão? Onde estão os Governadores negros deste Brasil trabalhando no sofrimento e competência por negros? Onde estão os Ministros de Estado? E vejam bem que, mesmo no Império, quando se nomeava um Ministério, um Gabinete, havia a voz de um negro Rebouças que reclamava e acusava o Gabinete de não autêntico, de não representativo da nacionalidade, porque lá não havia nenhum representante da raça negra. Atentemos que isso foi no tempo ainda da

escravidão. Enquanto hoje, que nos ufanamos também deste Brasil independente e soberano, não existe nenhum negro Ministro de Estado.

Mas, me referindo a esses altos escalões da direção do País, não quero esquecer também os baixos escalões. Ainda há poucos dias, o Presidente do Sindicato dos Hotéis de Brasília denunciou pelos jornais que, mesmo para emprego humilde de garção, o negro se vê recusado. E a mesma coisa fez o SINE, ao denunciar em São Paulo e aqui no Rio de Janeiro que a discriminação racial é o fator principal do desemprego do negro. Quer dizer: não se trata, como gostam de nos acusar os eternos racistas, de querermos fazer de todo negro um Embaixador ou general de quatro estrelas. Não; trata-se de que, em todos os níveis da vida brasileira, seja na atividade privada, pública ou oficial, o negro deve ter uma representatividade na proporção daquilo que ele contribui para formar a nacionalidade, ou seja, o povo brasileiro.

Por isso mesmo tenho um projeto de lei na Câmara, transcrito nesse livro que estou aqui distribuindo gratuitamente, para que todos tomem conhecimento dele. Exigimos, nesse projeto de lei, que em todos os empregos públicos ou privados, de todos os níveis, desde baixo até em cima, 20% sejam reservados às mulheres negras e 20% aos homens negros. Somente assim, como uma lei completamente firme e sem ambigüidade, podemos vencer essa etapa. Sabemos que a lei por si mesma não modifica tudo, mas o projeto aprovado será um passo positivo no sentido da erradicação desse mal-fadado racismo brasileiro.

Temos outro projeto de lei punindo como crime de lesa-humanidade a discriminação de raça e de cor, já que a folclórica Lei Afonso Arinos tem sido apenas um outro instrumento de apoio para que as classes exploradoras racistas continuem atentando contra os direitos do negro. Aquela lei simplesmente definiu a discriminação como contravenção, uma categoria de delinquência de muito difícil caracterização diante das autoridades públicas e da justiça. Portanto, é uma lei que em nada favorece ao negro. A nossa proposta de lei não exige que o infrator da lei declare explicitamente que o negro está sendo discriminado por questões raciais. Porque aí é que está a forma brasileira do racismo sul-africano: é não dizer, não enunciar o fator racial, mas muito pior do que na África do Sul, praticar essa ofensa racial no desprezo e na derrogação dos nossos direitos.

Meus irmãos e minhas irmãs, quero parabenizar o nosso irmão de luta e militante negro da Secretaria do Movimento Negro do PDT, nobre Deputado José Miguel, pela iniciativa desta Quinzena. Quero celebrar também o Eng.º Ubirajara Muniz pelo livro sobre Zumbi, que ele escreveu com amor, com espírito libertário e que está sendo aqui lançado hoje. Quero celebrar os militantes do movimento negro presentes, os organizadores desta marcha, do dia 18 de novembro de 1983, a primeira Marcha Zumbi Está Vivo, contra o racismo e a discriminação racial. É preciso atentar que essa marcha tem o objetivo de tornar o negro politicamente visível. Temos sido invisibilizados. Eu mesmo, este que está falando aqui, durante toda a

campanha não tive o meu nome mencionado nos jornais; já não direi as minhas idéias, mas até o meu nome foi excluído do noticiário, num gesto de consistência racista intolerável. Essa auto-denominada grande imprensa que nos invisibiliza está conivente com tudo aquilo que é anti-negro; chega até ao ponto de posicionar-se a favor do apartheid. E nós vemos, com grande tristeza, órgãos como O Estado de São Paulo, defendendo o apartheid. Lemos no Jornal do Brasil, reiterados editoriais, assumindo o racismo e fazendo rasgados elogios ao apartheid. Também a revista Manchete publicando reportagens em favor do apartheid. Pergunto aqui aos meus companheiros: se esse racismo sul-africano estivesse dirigido contra a raça branca, será que a atitude da nossa imprensa, a atitude dos brasileiros seria a mesma? Apoiaríamos, nesse caso, o assassinio legalizado, o assassinio sistemático, o assassinio constitucionalizado da África do Sul contra a grande maioria de seus filhos, contra os donos do país? Em relação à África do Sul, necessitamos avaliar o perigo que corremos. Quando o Brasil assina na ONU resoluções pedindo que se corte todo tipo de comércio, de turismo, de meios de comunicação, e vemos a nossa VARIG fazendo viagens 2 vezes por semana e assistimos a companhia aérea da África do Sul mantendo linhas aqui para o Rio de Janeiro, nós temos que temer, meus irmãos negros, temos que reagir, porque esse é um perigo real, essa é uma ameaça a todos nós, descendentes de africanos. É muito triste constatarmos que a Embaixada da África do Sul, desse governo criminoso, nazista, genocida, bestialmente assassino, edita uma revista de luxo aqui dentro do país. É triste ver como a imprensa brasileira está sendo corrompida pelo dinheiro sul-africano, com a farta matéria paga, a propaganda de turismo da África do Sul estampada em vários órgãos da nossa imprensa.

Aqui no Brasil, o racismo assume formas diferentes, mas contém a mesma crueldade e perversidade daquele da África do Sul, com uma agravante: quer tirar do negro até o direito de lutar para se defender. Exatamente por causa da ideologia da democracia racial, que tem dopado nosso povo, imobilizando a luta negra e dividindo nossa força, tem sido uma luta árdua esclarecer essas coisas. Mas agora esses empecilhos estão sendo superados porque a raça negra amadureceu na luta e no sofrimento. E não adiantam mais os sofismas separatistas, não adiantam mais as metáforas imobilizadoras. O negro está em marcha no Rio de Janeiro, está em marcha no Rio Grande do Sul, em Santa Catarina e no Paraná, está em marcha em Minas Gerais, está em marcha na Bahia, está em marcha em Pernambuco, no Maranhão, no Amazonas e em Mato Grosso. Todo o país negro está em marcha. A população negra, personificando Zumbi redivivo, afirma o seu direito, não só de ser humano, mas o direito de pertencer, manipular e participar no poder político, no poder econômico, no poder judiciário, no poder da educação, no poder da cultura.

A luta que empreendemos hoje é apenas a continuidade da luta do nosso herói maior, Zumbi. Falando em Zumbi, lembro todas as mulheres negras e homens negros que lutaram pela nossa liberdade:

Alquatune, Luisa Mahin, Luiz Gama, e sobretudo um outro herói até agora relativamente ignorado da comunidade negra, mas chamo a atenção para esse grande herói da nossa luta libertária, um fluminense, herói que lutou nas montanhas do Estado do Rio: Carocango. Carocango enfrentou os poderosos senhores de engenho, guerreou e construiu toda uma cidadela nas encostas, no coração das montanhas. Lá ele resistiu, e, igual a Zumbi dos Palmares, organizou uma sociedade baseada numa economia, num sistema de defesa, numa justiça; onde havia a interação entre negros, entre brancos e índios, porque todos os injustiçados lá encontravam guarida e trabalhavam como irmãos. E é isso, meus irmãos e minhas irmãs, que pretendemos com a nossa luta. Não pretendemos criar um gueto; somos forçados a viver segregados no gueto das favelas. Mas recusamos esse gueto, porque o Brasil é enorme e é nosso; o Brasil é negro, como já disse o nosso Deputado Francisco Horta, o nosso Brasil é negro e só nos falta simplesmente oficializar a nível de poder o poder negro desta raça, que nos seus músculos ergueu uma nação e depois a alimentou nos seios das mulheres africanas.

Mas eu sei que as mentalidades neste país estão mudando. Estamos à véspera de uma abertura. E esta abertura não é apenas para que possamos votar para Presidente em eleição direta; essa abertura não é apenas para que possamos ter uma Constituição expurgada dos elementos autoritários que lá ainda existem; a abertura de que falo é uma abertura da mente, é uma abertura do coração de todos, é uma abertura de compreensão e de fraternidade, porque a nossa sociedade do futuro com certeza será alicerçada numa efetiva igualdade, numa legítima democracia e numa efetiva justiça.

Sr. Presidente, nobres Deputados da Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro, quero felicitar esta Assembléia pelo gesto patriótico, civicamente corajoso e justiceiro de, aprovando a proposição do nobre Deputado José Miguel, haver aberto as portas desta casa para o povo negro, para que o povo negro pudesse viver a sua verdade, pudesse apontar mais uma vez a injustiça de que é vítima. Mas pudesse também celebrar com Oxum, a doadora do amor, a celebração aos orixás protetores da nossa raça, no futuro de igualdade, justiça e democracia, que todos nós, juntos, haveremos de construir. Haveremos de fazer deste Brasil uma verdadeira democracia social.

Axé !

A Consciência Racial no Brasil *

Ilustríssimo Sr. Presidente da Fundação Prof. Aluísio Pimenta; Prof. Henrique Novaes, minhas amigas e meus amigos: estou muito honrado com o convite que esta Fundação me fez para participar deste curso, dessa série de palestras. Quero começar felicitando esta iniciativa de significação cultural e cívica tão ampla, já que, via de regra, as nossas instituições de ensino e de cultura não costumam abrir espaços para discussões do tipo dessa que vamos travar nesta noite.

Considero esta uma Fundação temerária, porque há 60 anos eu venho falando coisas muito inconvenientes para as instituições convencionais de cultura e de educação deste país. Venho falando coisas muito inconvenientes para as classes dominantes e muito mais inconvenientes para esta elite brancóide que tem monopolizado o poder educacional, o poder cultural, o poder econômico, o poder político, o poder jurídico, o poder em todos os níveis, contrariando a proverbial colocação de sermos um país democrático.

Sabemos que os descendentes africanos deste país somam a maioria, o segmento majoritário do povo brasileiro. No entanto, tem sido um segmento destituído dos seus direitos há 4 séculos, destituído mesmo até de sua própria condição de ser humano.

Abordar esse tema, para mim, é como falar da minha vida de todos os dias. Porque, na verdade, quando eu tinha cerca de 7 ou 8 anos de idade, na cidade paulista de Franca, fronteira do Estado de Minas, assisti à cena da minha mãe — mineira de Uberaba — defendendo uma criança negra, órfã, de ser espancada por uma vizinha branca. E sempre repito essa história, porque ela é o começo de minha vida de militante. Ao assistir minha mãe defender da vizinha branca aquela criança brutalmente espancada, compreendi que era muito difícil ser negro neste país e recebi a minha primeira lição de solidariedade racial, de horror à violência, de horror à agressão e, naquele momento em diante, aprofundar a compreensão do que se passava comigo próprio, no meu grupo escolar "Coronel Francisco Martins". Antes eu não tinha muita consciência das coisas, mas sempre me sentia muito frustrado porque naquelas festinhas de fim de ano escolar, eu, como as outras crianças, decorava os textos,

* Conferência proferida de improviso na Fundação João Pinheiro, Belo Horizonte, MG, como parte do curso "África-Brasil: História, Economia e Política", dia 23 de abril de 1984.

as poesias, sempre esperando ser escolhido para participar das festas. Jamais fui escolhido. Comecei, então, a fazer as minhas indicações, ainda de forma muito confusa, das razões daquela exclusão. Porém, desde aquela idade, jamais me submeti passivamente à discriminação. A lição recebida de minha mãe frutificou depressa e, enquanto era vetado das festas de fim de ano do grupo escolar, eu organizava no quintal da minha casa o meu próprio teatrinho, e com meus irmãos e as coleguinhas da vizinhança, reproduzia o espetáculo, agora muito mais enriquecido pela nossa imaginação e também pela nossa vontade de revidar a exclusão de que nós éramos vítimas.

Foi aí o começo, e por isso eu pude comemorar no ano passado 60 anos de luta negra, já que daí em diante não parei mais. Entendi que o negro, para poder enfrentar e confrontar o tipo de discriminação de que é vítima, tem que se armar de armas muito poderosas, de armas muito fortes, porque a forma sutil, mascarada, do racismo que permeia toda formação deste país, a nível de educação, de cultura, de história, em todos os escalões da vida brasileira, é realmente um veneno perverso.

A forma de esmagamento do negro aqui no Brasil, a forma incruenta, na aparência é uma vantagem para o negro brasileiro: não existir, por exemplo, o sistema de passes ou "apartheid", que é a discriminação institucionalizada nas leis da África do Sul. Aparentemente, é uma vantagem ele não ter sido linchado, ou queimado com gasolina, como aconteceu no passado, com os nossos irmãos negros nos EUA. Mas isso é apenas uma aparência, porque, no fundo, o negro aqui sofre um massacre talvez maior e muito mais dramático, porque é feito de tal forma que quase quer ainda obrigar às vítimas agradecer a ofensa, a humilhação e até mesmo a sua própria morte. É um tipo de racismo muito especial, e isto faz parte da forma da colonização do Brasil.

A história registra que os primeiros invasores da África foram os portugueses, assim como os primeiros invasores das terras do Brasil também foram os portugueses. Neste ponto, nós, negros, temos muito em comum com a luta dos índios; estamos unidos nesta luta, porque desde o começo a nossa história é análoga. A terra do índio foi invadida, a terra dos africanos foi invadida. Os índios foram chacinados, nós fomos chacinados. As mulheres índias foram brutalizadas pelo invasor colonizador, as mulheres africanas foram estupradas pelo senhor de engenho.

Mas no Brasil, o luso-brasileirismo foi muito hábil na racionalização do que se passava com os escravos e com os índios. Mesmo nos tempos coloniais, já se exportava uma ideologia, uma imagem, de que no Brasil a escravidão era muito diferente da escravidão ocorrente, por exemplo, nos EUA ou no Caribe. Se dizia que lá havia uma ferocidade, uma brutalidade muito grande contra os escravos, mas que aqui no Brasil não; aqui a influência da Igreja Católica suavizava muito as nossas relações entre senhor e escravo. Propalava tal ideologia que o português tinha uma tradição de convivência com povos não-brancos, em Portugal, e se dizia também que

o português era dotado de um pendor natural para se cruzar com as mulheres africanas. Se dizia ainda que o negro desfrutava aqui de uma forma de escravidão que lhe possibilitava muito mais facilidades à reconquista de sua liberdade do que nos EUA. Se criou uma teia de mistificações, um sistema de distorção da realidade com até a imagem de um senhor de engenho benevolente, em detrimento do senhor de escravos cruel de outras terras. Nós sabemos que isso tudo é falso, como é falsa essa democracia racial contemporânea. A escravidão sempre consistiu num sistema cruel e perverso, e o escravo sofre as mesmas torturas, a mesma destituição da sua condição humana, acontecesse essa escravidão nos EUA, no Caribe, no Brasil ou em qualquer outro país da chamada América Latina. Não houve nenhuma diferença básica nessa condição de escravo: desde o momento em que há escravidão, está implícita a violência sobre o escravizado.

- escravo liberto

Muito ao contrário do que afirmam esses mitos, a escravidão brasileira foi muito mais destrutiva e por uma razão muito simples: a facilidade com que o escravagista conseguia "peças", ali logo em frente, na costa da África Ocidental. Nos EUA, por exemplo, era muito difícil um senhor ter muitos escravos. Uma fazenda de 50 escravos era considerada enorme. O preço do escravo se elevava muito porque o país era mais distante da África, o que tornava mais complicada a sua aquisição. O senhor de escravos nos Estados Unidos tratava de cuidar muito mais da sua escravaria. No Brasil não; por isso o escravo durava cerca de 7 anos e se acabava a vida útil dele. Muito mais fácil era substituí-lo, comprar um novo escravo, do que dar alimentação decente ao escravo cansado ou envelhecido. Escravo era só força de trabalho; quando esgotava a sua força de trabalho ou quando ele ficava um pouquinho mais idoso, davam para ele a "liberdade". Era um escravo liberto. Quer dizer, liberto simplesmente para morrer à míngua. Era uma das perversidades do sistema escravocrata no Brasil.

O tipo de abominável tratamento ao escravo nós não vamos repisar aqui, porque isto é um lugar comum para todas as Américas. O que importa, e que vai também diferenciar muito, é o após-abolição. O português foi o primeiro a pisar na África e nós fomos os últimos de todas as Américas a ter uma pseudo-libertação, uma abolição formal. O português sustenta a escravidão até o fim porque é a mentalidade ou a estrutura do colonialismo português. E nós vemos que se trata exatamente da mentalidade do colonialismo português, porque eles foram os últimos, também, a enfrentar as lutas de libertação dos países africanos (que eles chamavam de "províncias ultramarinas"), aos quais persistiam em ocupar e explorar.

Há uma grande relação de forma e de tipo do colonialismo português com os outros colonialismos. Não estou dizendo que seja melhor; ele tem a sua feição própria, e isto a gente constata até hoje nas coisas que nós sofremos em virtude deste tipo muito específico de escravização e de colonização. Nós vemos que o negro, para realmente confrontar esta situação contemporânea de racismo que o destitui de todos os seus direitos, tem que recuperar, como está se fazendo aqui neste encontro, a sua história.

Este é um primeiro passo para que ele recupere o seu ser, por-
que as instituições neste país, logo após a abolição, tentaram, atra-
vés de uma parafernália que vai desde o sistema de educação aos
meios de comunicação e às instituições culturais, e também o apelo
às forças repressoras e policiais, apagar do negro o seu passado.
Há um grande empenho em erradicar a memória do negro, não so-
mente do seu tempo no Brasil, mas do seu passado, antes de aqui
chegar. Prova desta afirmativa: nunca se ensina nas escolas nada
de dignificante e de positivo em relação à África. Pelo contrário, o
que se ensina é que a África era um território desconhecido, um con-
tinent misterioso, habitado por um povo que em nada contribuiu para
a história da humanidade: que nunca teve ciência, nem tecnologia,
e muito menos civilização. Jamais se passa aos estudantes a ver-
dade do grande florescimento civilizatório da África antes das inva-
sões, época anterior à destruição do colonialismo.

Nós vimos também como até ontem as platéias reagiam com
risos e com ironias quando no cinema se via qualquer imagem da
África. Até mesmo nós negros compactuávamos, vítimas que ainda
somos da lavagem cerebral do sistema de educação e de informação.
Como poderia o negro brasileiro se reconhecer nas imagens dos seus
irmãos da África? É claro que isso se modificou logo após a década
de '60, quando vários países africanos começaram a recuperar a sua
independência.

Constatamos que o sistema aqui, de um lado, quer erradicar a
consciência de origem africana do povo, e de outro lado quer tornar
ridícula, pitoresca e exótica toda a permanência dos valores afri-
canos. Esses valores permanecem por sua própria força, e não
porque a sociedade dominante no Brasil tenha qualquer compreensão,
respeito ou condescendência para com eles. A fortaleza de resis-
tência cultural dos negros tem sido, através dos séculos, os tem-
plos de candomblé, da umbanda, da macumba. É nos terreiros que
o negro busca reconstruir não somente a sua sociedade destruída
pelo escravagismo, mas também a sua personalidade e seus laços
familiares.

Esta é a forma de resistência cultural. Temos, também, a forma
de resistência física na organização dos quilombos, como um esforço
de reconstrução política, naturalmente sob o condicionamento da no-
va situação geográfica, e a nova situação existencial nas terras do
Brasil: o esforço titânico de recuperação da própria visão do mundo.
Isso por certo sob grandes dificuldades, pois uma das estratégias
de dominação consistiu na separação das nações e no estímulo para
que elas vivessem em permanente confrontação e inimizade. Mas,
mesmo assim, já no século XVI, os escravos rebeldes conseguiram ter
a primeira república livre nas terras da América, onde conviviam em
paz, trabalhando comunitariamente em harmoniosa interação racial os
negros, os índios que para lá corriam para se contrapor à escla-
vização, e também os brancos que não aceitavam o regime colonial.
Assim registramos as várias estratégias, os vários caminhos, e ins-
trumentos vários que os negros utilizaram para resgatar a sua liber-
dade, a sua condição de seres humanos e também as suas formas

de representação social, econômica e política. Sabemos que o quilombo de Palmares durou cem anos, resistindo militarmente ao cerco de holandeses que vinham de Pernambuco, dos portugueses e, também, dos bandeirantes financiados pelos latifundiários brasileiros. Foi uma guerra de cem anos onde os quilombos demonstraram o seu heróico valor, o seu grande sentimento e profunda consciência de liberdade.

Depois da abolição, os instrumentos de dominação continuaram. Como consequência do decreto da abolição, os ex-escravos se tornaram os novos cidadãos e cidadãs. Entretanto, imediatamente eles — a classe dominante — conseguiram castrar essa cidadania da gente negra. Logo na primeira constituição republicana já se proibiu o voto do analfabeto, o que equivalia a tirar o voto dos negros. O negro que tinha sido destituído de sua língua, só tinha tempo para o trabalho, não podia aprender a ler e escrever o português, uma língua estrangeira. Para o africano, a escrita era uma espécie de cemitério, e de morte. Para ele, era a palavra falada que importava. Segundo a cultura tradicional daqueles africanos escravizados, a palavra já consistia implicitamente em ação. Ou seja, nós tínhamos uma cultura oral que nada significava para nossas classes dominantes, para as quais a África não tinha história, não tinha cultura porque não tinha livros. Aí começa essa coisa difícil: o dominador não vê a equivalência nas diferenças. A integridade da cultura do negro, pelo menos naquela etapa histórica, se manifestava oralmente. Como não podiam entender aquela expressão, negavam ao negro igualdade, ignorantes de que não existe cultura superior e inferior. Não existe língua superior nem inferior.

O que caracteriza prioritariamente a nossa atividade reivindicatória, a nossa dignidade cívica, é o resgate de nosso direito de autogoverno. E o auto-governo é exercido através do voto. E já que nos tiram o direito do voto, impedem que nossa cidadania se realize e se manifeste. Mas, ao mesmo tempo, se edita um código civil ou um código penal, onde se caracteriza o delito, a contravenção da vadiagem. A definição assinalava que vadios eram aqueles que não tinham como se sustentar, não tinham trabalho, e não possuíam moradia certa. Ora, estes eram os milhões e milhões de ex-escravos que acabavam de ganhar a cidadania. Na prática, imediatamente cassaram o direito político do negro e o colocaram sob a tutela da polícia. Pois o vadio é este ser que não consegue emprego e está sempre aí, nas miras da polícia; ela o pode prender, espancar, impunemente, à vontade, e está tudo bem. Pleiteiam agora estender esta mesma arbitrariedade a uma tal chamada prisão cautelar: a pessoa é presa por tempo indefinido sem que haja alguma razão. Um policial acha que deve prender, prende e acabou. O direito do cidadão não é absolutamente resguardado. Desnecessário dizer que essa prisão cautelar vai desabar diretamente em cima da cabeça do negro.

Fácil verificar que as coisas que os outros segmentos do nosso povo têm — se não têm de fato, têm pelo menos teoricamente seus direitos garantidos — o negro não tem. Por isso, é muito estranho quando argumentam que se há injustiça para o negro há também

injustiça para o branco. Há também brancos pobres, dizem, há também brancos oprimidos. Estamos de acordo que isto exista, mas não pelas mesmas razões. Nenhum outro segmento daqueles que constituem o povo brasileiro, a não ser o índio, sofreu o tipo de escravização, de destituição da sua condição de ser humano, como ocorreu com o negro. Nós estivemos mais de 300 anos nessa condição e isso não aconteceu com os outros segmentos étnicos da nossa população.

Observamos estrangeiros da primeira geração de alemães, de japoneses, de outras origens exercendo até a Presidência da República. Tivemos Geisel, alemão. Há dois ou três ministros japoneses; os japoneses vieram para cá há menos de um século. Tivemos o Médici, italiano. Agora, negro não tem. E quando o negro fala que está lutando para ser Presidente, ainda tem gente que acha isto estranho.

Nós consideramos que esta é uma luta de poder. Não é só o negócio de entrar pela porta da frente dos edifícios; não é apenas arrumar um empregueinho de engraxate ou de garção — não é atrás disso que estamos. Estamos, sim, numa luta de poder, mas é uma luta, também, fundamentada na dignificação da nossa herança cultural, da nossa identidade étnica. É uma luta complexa que eu venho entendendo, no decorrer dos anos, desde aquela primeira cena da minha infância, junto com outros bravos afro-brasileiros.

Todos os outros segmentos étnicos que vêm para o Brasil se orgulham das suas origens, mantêm suas instituições. Se não me engano, lá no Sul há o Museu da Alemanha, e para a difusão da língua e da cultura alemã, há o Instituto Goethe; existe o Real Gabinete Português de Leitura, a Maison de France e a Cultura Inglesa. E o racismo brasileiro é tão explícito, às vezes tão ostensivo e tão insensível à grande maioria do nosso povo, que é negra, que concedem especiais condições para um imigrante português adquirir a cidadania brasileira, e não existe uma contrapartida para os africanos, que mais trabalharam para construir o Brasil. Segundo Joaquim Nabuco, que foi branco e aristocrata, o negro foi o único que trabalhou, foram os pés e as mãos do Brasil. Entretanto, para os africanos todas as dificuldades, e para os portugueses todas as facilidades. Continuamos ainda envoltos no fantasma de Dom João VI, ele ainda está rondando por aí. Necessitamos exorcizá-lo. Seja dito que não queremos ser injustos com ele, queremos é justiça para nós.

Queremos igualdade de tratamento para com os africanos que queiram também adquirir a nacionalidade brasileira. Houve um tempo, depois da abolição, durante o qual houve mesmo, explicitamente, uma lei: a proibição da imigração negra e africana para o Brasil.

Vejam que para tentar acabar com o negro usou-se todas as armas, todos os instrumentos. Usou-se a falsa ciência social, a falsa ciência humana, manejando-se esse tipo de justificativa científica, que tem em Gilberto Freire o expoente máximo. E para escândalo do mundo, esses etnocidas ainda estão aqui em franca atuação, operando. No romance, por exemplo, há um irmão siamês do Sr. Gilberto Freire, o escritor Jorge Amado. Ironicamente, o Sr. Jorge Ama-

do é glorificado como o escritor que dignifica a cultura negra! É um desrespeito total à comunidade dizer-se tal absurdo. Eu não estou aqui tentando negar o grande talento criativo dela; isso está fora de qualquer discussão. Estou discutindo a forma como ele trata a humanidade negra, sobretudo a humanidade da mulher negra. A mulher negra, nos livros de Jorge Amado, e sobretudo a sacerdotiza do candomblé baiano, é via de regra aquele ser inferior, espumando pelo sexo, impudicamente rebolando ancas e seios, de forma pejorativa. Jorge Amado contribuiu decisivamente para transformar a mulher negra nisso que é também outro mito contemporâneo — objeto sexual, produto de exportação. Há uma indústria de mulatas. Indústria turística, uma indústria de exportação cujo produto é a mulata.

Assim, precisamos analisar todo esse sistema que procura cercar o negro por todos os lados, e não se trata de uma afirmação leviana. A coisa é muito mais grave do que consigo exprimir nas minhas palavras e mesmo assim muita gente reacionária acha que nós somos radicais. Eu pergunto: não é preciso um grande controle para a gente não explodir de indignação, aos gritos, depois do que fazem com o negro? E ainda querem que o negro fique de cabeça baixa, respeitando essas figuras assassinas, como é, por exemplo, esse Duque de Caxias, perseguidor de negros? Como são, por exemplo, esses bandeirantes, como Domingos Jorge Velho; um assassino, um bandido que comandou a destruição da República de Palmares simplesmente por ambição de suas terras férteis? E os outros bandeirantes, que traziam como medalhas, como troféus de batalha, centenas, milhares de pares de orelhas de escravos que eles assassinavam brutalmente? Então, nós, negros de consciência, não devemos falar com indignação? Considero que falar baixo, falar calmo, seria trair isso que nos vai no fundo d'alma. Nós não temos ódio dos brancos, mas temos, sim, ódio dos racistas, opressores e exploradores da raça negra e da raça indígena.

Essas personalidades que figuram na História do Brasil não são os nossos heróis. Nós não temos que honrá-los, não temos porque celebrá-los. Sem embargo, esse cerco institucional vai também por outros caminhos: as leis da imigração, protegendo o trabalhador europeu em detrimento do ex-escravo, foram uma das formas mais cruéis desta destituição que eu chamo — por não encontrar outra palavra mais contundente — de genocídio da raça negra no Brasil. Porque aquela imigração não vinha patrocinada apenas pelos governos de origem, era patrocinada pelo governo brasileiro, tinha todo o amparo das nossas autoridades. Enquanto o negro, que construiu o Brasil, só mereceu a triste sorte de ter sua escravidão jurídica abolida para se tornar escravo da fome, escravo do sereno, escravo da prostituição, escravo do crime. Foi isto que a sociedade dominante reservou para o negro, logo após a abolição.

Em seguida, na década de '20, o negro começa a se articular coletivamente. Aparecem os pequenos jornais da nossa imprensa, tão pobres e minguados; e até hoje, continuamos sem ter um órgão que realmente possa ecoar todas as nossas aspirações, nossa luta e o nosso drama. E principalmente nossas esperanças.

Os brasileiros brancos costumam falar tanto do racismo nos Estados Unidos; gostam de encher a boca: "Não, aqui não há racismo. Aqui a gente dorme com as negras, toma café com os negros, sai no carnaval no meio dos negros. Lá nos Estados Unidos sim, é onde existe racismo". Ouçam, lá eles lutaram. A escravidão, que lá começou 100 anos depois da nossa, terminou decênios antes. Os negros lutaram e há 100 anos eles têm até suas próprias Universidades. Aqui estamos agora nos esforçando para criar um ou outro centro de estudos afro-brasileiros dentro das Universidades. Hoje mesmo estamos votando uma série de medidas a serem aprovadas, amanhã, no Encontro Nacional de Política Cultural, pedindo a criação de comissões ou de assessorias de cultura afro-brasileira em todas as Secretarias Estaduais de Cultura.

Vejam só como o negro aqui está atrasado nesta questão das suas reivindicações específicas. Até hoje, o negro ainda tem que pedir licença para dizer que é negro, para não ofender aos brancos. Até hoje ele ainda está com este problema. Cabe a ele o ônus de explicar o racismo à sociedade que não reconhece nunca a existência da discriminação, obviamente para não dar ao negro o direito de combatê-la. Este é outro aspecto perverso do nosso racismo. Nos Estados Unidos, por força do seu racismo explícito, os negros puderam lutar, puderam conquistar situações e coisas. Estão 50, 100 anos à nossa frente. A lição da história é esta: o racismo aqui, com esse engodo do senhor benevolente, com esta educação domesticadora que o negro deve ser bonzinho, educado, obediente, tenta prolongar o nosso estado de opressão e perpetuar os privilégios dos brancos.

Eu venho militando, como disse, desde os 8 anos, participando de vários movimentos reivindicatórios negros. Da Frente Negra Brasileira, que foi o maior destes movimentos, eu participei na década dos '30. Fundei o Teatro Experimental do Negro, que era uma organização não apenas teatral; ela estava implicada também nas atividades sociais e políticas do negro. O Teatro realizou o Primeiro Congresso do Negro Brasileiro; patrocinou convenções políticas em São Paulo e no Rio; enfim, promoveu uma série de atividades, criou o Comitê Democrático Afro-Brasileiro, que lutou, ao lado de todas as forças anti-ditatoriais, em '45, para a derrubada da ditadura e para a redemocratização do país. Naquela ocasião, nós apresentamos um manifesto à Nação que o então Senador Hamilton Nogueira leu na Constituinte de '46. Naquele documento, pela primeira vez, se reivindicava uma lei anti-discriminatória e também medidas de caráter econômico, para que se desse a possibilidade ao negro de poder exercer a sua cidadania; porque uma pessoa desempregada, com fome, sem ter onde morar, nunca pode ser integralmente cidadão, não pode exercer a sua plena liberdade. Mas nós sabíamos que essas medidas nunca teriam o amparo e a compreensão da sociedade dominante. A sociedade brasileira está tão mergulhada, tão afogada na cultura do racismo, a ponto de considerar a submissão do negro como algo lógico e irreversível; uma coisa que vem, sei lá, por determinação divina.

Todos os países que praticam racismo, mesmo na África do Sul, têm a má consciência, procuram uma maneira de justificar-se através

de um "jogo de cintura", como dizemos; mas o brasileiro racista não; ele acha que está tudo bem, discriminando o negro que é, "naturalmente" destituído de humanidade e de direitos.

Nós estamos agora com um projeto na Câmara, onde se define como crime de lesa humanidade a discriminação racial e de cor, com penas de detenção e multas. Sabemos que não há lei que corrija automaticamente uma sociedade, mas ela ajuda; já que apelos à compreensão, ao espírito de justiça, não têm sido eficazes, nós temos que apelar para a Lei. A comunidade negra jamais fez qualquer movimento com sentido agressivo contra o branco; tem sido sempre no sentido de atacar as instituições racistas, as empresas racistas, a cultura racista, mas não as pessoas brancas, por serem brancas. Eu espero que esse projeto vá ser um outro instrumento nessa luta que estamos travando por igualdade e justiça.

Há também outro projeto: este trata da isonomia, das iguais oportunidades de trabalho. Pedimos que sejam reservadas 20% das vagas em todo o sistema de trabalho, público ou particular, para as mulheres negras, e outros 20% para os homens negros. A experiência ensina que não adianta simplesmente afirmar ser proibido discriminar. Há sempre as justificativas. Eu mesmo, num debate na Comissão de Relações Exteriores da Câmara dos Deputados, frente ao Ministro Saraiva Guerreiro, indaguei a razão do racismo, da discriminação do negro na carreira diplomática, nos cursos de formação de diplomatas no Instituto Rio Branco. O Ministro me respondeu: "Não, lá não tem nenhuma discriminação; o negro é que não quer aprender diplomacia". Isso é um desrespeito à nossa inteligência, sobretudo se a gente lembra que naquele mesmo momento eu estava fazendo graves denúncias contra o Ministério das Relações Exteriores, que se recusou a enviar à UNESCO e OEA a documentação do Instituto de Pesquisas e Estudos Afro-Brasileiros (IPEAFRO) que estava promovendo o 3.º Congresso de Cultura Negra das Américas. Eu fui eleito no 2.º Congresso realizado no Panamá, Coordenador do 3.º Congresso. Estava ali numa missão de todas as Américas e o Brasil foi escolhido como sede do 3.º Congresso, por causa dessa fama de ser um país onde existe um bom relacionamento, uma cordialidade entre as raças. Então, lá se votou que o Brasil fosse a sede do 3.º Congresso, mas o Itamaraty se recusou a enviar os papéis à UNESCO e à Organização dos Estados Americanos. É por estes canais que nós poderíamos obter os recursos já prometidos por essas duas organizações internacionais que financiaram e apoiaram o 1.º Congresso, na Colômbia, e o 2.º Congresso, realizado no Panamá. E vejam só, que nem a Colômbia, nem o Panamá ostentam esse título de paraíso racial, de modelo de democracia racial e o Brasil, que gosta de se exibir no mundo como o grande solucionador de qualquer conflito de origem racial, se recusou. Foi uma luta de dois anos junto ao Itamaraty, que até o final se manteve inamovível. Personalidades de todas as facções, de todos os partidos se interessaram. O atual Governador de São Paulo, na época Senador pelo PMDB, Franco Montoro, o Deputado Raimundo Diniz, que era o Presidente da Comissão de Relações Exteriores da Câmara, e do PDS; o líder do PDT, Alceu

Colares; um Deputado do PMDB do Ceará, Paes de Andrade; o Deputado José Frejat, do PDT; quer dizer, todas as correntes; não era uma questão partidária. Todos eles insistiram, não somente da tribuna da Câmara, mas também através de telefonemas, de ofícios ao Ministro e mesmo assim, o Ministério se manteve naquela "bastilha" racista, inabordável. Ao mesmo tempo em que acontecia isto, o Ministro me dava aquela cínica resposta na Comissão de Relações Exteriores...

Recorri a outras instituições de cultura e foi um desinteresse total, porque não se queria que toda a comunidade africana do continente viesse aqui testemunhar o que há de real. Eu já havia feito esta denúncia no 2.º Festival Mundial de Artes Negras, em Lagos. Alguns aqui, eu creio, já leram os meus dois livros, a respeito; um se chama **Genocídio do Negro Brasileiro** e o outro **Sitiado em Lagos**, onde narro como o Governo brasileiro se mobilizou para tentar calar a minha voz, lá naquele Festival onde eu ia tratar da questão que estamos tratando hoje aqui. Eu estava lá como professor visitante da Universidade de Ifé e o Diretor do Colóquio, o Prof. Pio Zirimu, da Universidade de Uganda, me convidou para apresentar um trabalho. Isso, fora da delegação oficial, porque os africanos — e ninguém é bobo — já sabiam que numa delegação oficial só iriam os porta-vozes institucionais para dizer coisas convencionais que todo mundo já conhecia. Eles queriam uma outra versão da realidade inter-étnica no Brasil e por isso me convidaram. Logo que o Governo brasileiro soube, começou o cerco à minha pessoa. Isto está descrito nos telegramas que logo depois consegui, através da colaboração de irmãos africanos. Consegui a coleção dos telegramas trocados entre o Embaixador do Brasil em Lagos e o Ministério das Relações Exteriores. Eu queria que o Itamaraty confirmasse e respondesse às coisas que estavam naqueles telegramas; mas eles sempre usam o recurso do avestruz: metem a cabeça na areia. Eles viram que na Nigéria o tiro saiu pela culatra; a pressão que fizeram contra mim provocou uma solidariedade muito grande da imprensa e de todo o colóquio. Estava todo mundo africano lá e a minha conferência se transformou no livro **Genocídio do Negro Brasileiro**, impresso em mimeógrafo e editado pela Universidade de Ifé; foi distribuído entre os participantes e se tornou realmente a sensação do Colóquio. Aquilo que eles queriam evitar, foi exatamente o que aconteceu: todo mundo tomou conhecimento do que estava ocorrendo. Depois foi transcrito, na íntegra, no **Sketch**, principal jornal de Ibadan, a maior cidade da África Ocidental, e posteriormente publicado como livro, em edição aumentada, pela Sketch Publishers. Essas técnicas de repressão, de opressão, nem sempre têm sucesso — lá não funcionaram.

Assim, a minha palavra aos meus ouvintes, brancos e negros, é: se o negro quer realmente resgatar o seu ser, impor, conquistar o espaço, o respeito, a consideração a que tem direito neste país, ele tem que reforçar esta preliminar — "sou negro, sou um africano". E ter orgulho das conseqüências dessa posição.

É preciso entender que quando nós falamos de negro, não estamos absolutamente elevando a cor da pele como um valor absoluto; ela é simplesmente o símbolo de uma etnia; ela simboliza e

contém uma história, uma cultura própria, um passado próprio. Agora, nós podemos, sim, num encontro justo e natural, até desaparecer como também o branco; mas o que nós não podemos aceitar é a forma compulsória da miscigenação que hoje é elevada como um verdadeiro ideal ou uma política de Estado. A pregação que se faz dessa miscigenação, dessa mestiçagem, desse mulatismo, não é uma coisa normal. Testemunha um estado de ansiedade que o Prof. Guerreiro Ramos já definiu com muita precisão: é uma patologia social do "branco" brasileiro. Que quer fugir de si mesmo, não aceita a sua própria cara, e ginga com sua própria identidade, querendo ser mulato, para, mulatinho escuro, passar a mulatinho claro e deste a branco. Esse é o ideal da camada social dominante, e o branco aí não é somente o problema da coloração epidérmica: é um valor de dominação eurocentrista sobre as populações índias e negras. Então, através, às vezes, de uma retórica muito brilhante — como nós vimos aqui, na abertura do Encontro dos Secretários de Cultura — temos um discurso que parece ser, quanto mais brilhante, mais venenoso. Depois de toda aquela ginástica verbal tão sugestiva e realmente com aspectos tão positivos, a conclusão reiterava aquela mesma encontrada, por exemplo, nos **Tambores de São Luiz**, de Josué Montello. Um romance bonito, bem construído, numa forte reconstituição da nossa história, da nossa peripécia existencial e das relações do negro com a sociedade escravocrata maranhense. Um levantamento muito belo; e na hora do frígir dos ovos, pelo que o herói opta? Pela sua auto-liquidação. O negócio é se entregar a isto que se chama a miscigenação e se auto-destruir. É isso que esperam de nós, para que possamos existir apenas como seres esvaziados de nós mesmos. Querem que o negro seja vazio, ou então que ele substitua a sua própria essência por uma essência imposta. Aí é que está o problema da nossa confrontação com esse tipo de miscigenação ou de mulatagem compulsória; porque é simplesmente uma estratégia de branquificação. Se quisessem realmente que aqui houvesse uma igualdade racial e que esse encontro entre raças ocorresse num plano de igualdade verdadeira, então não haveria todo esse sistema e esses instrumentos de coação contra o negro, que obrigam que muitos negros e muitas mulheres negras procurem aquilo que o ditado popular chama de "limpar o sangue". Quer dizer, "melhorar o cabelo" ou uma coisa ainda mais grave: "limpar o ventre". Nós vemos que todos esses estereótipos, todas essas sentenças populares — como aquela: "branca pra casar, negra pra trabalhar, mulata pra fornicar" — objetivam levar o negro a se odiar e tentar ficar mais claro de pele, no caminho da branquificação.

Na verdade, este é o ideal muito bem exposto pelo delegado brasileiro num congresso racial, realizado em Londres em 1911. Ele dizia: "no Brasil nós não temos este problema [de raças], porque daqui a cem anos, através da branquificação, nós não teremos mais negros".

Nós temos, agora, esses espaços — e este aqui eu espero que não seja um espaço paternalista —, este espaço aqui tem que ser trabalhado pelos negros; mas, também, depende da decisão dos negros, do trabalho sistemático dos negros, porque eles também não

devem querer nada que venha do céu, como um favor. Isso é a pior coisa, seria a perpetuação daqueles padrinhos dos tempos coloniais. Havia muitos negros que viviam felizes nas casas grandes: eram os apadrinhados, como hoje há um ou outro negro que ascende na sociedade. São os apadrinhados, e o maior desses apadrinhados, nós estamos sabendo, tem até título de "rei", o "rei" Pelé. Não queremos paternalismo, a coisa nossa é trabalhar com dignidade, procurar desenvolver nossa competência. Não se trata realmente de receber as coisas como um favor, se trata de uma conquista que está relacionada intimamente com a nossa capacidade de fazer as coisas bem feitas. Não quero dizer no sentido vigente, de que para o negro conquistar algum lugar ele necessita possuir uma capacidade três vezes maior do que a de um branco, porque senão, ele jamais obterá nada. Mas ele também deverá ser uma pessoa que tenha auto-respeito, e o auto-respeito será a sua ética, a sua capacidade que deve ser desenvolvida cada vez mais. Esse trabalho deve ser feito em conjunto; nós, como negros, em conjunto com os brancos que nos respeitam e trabalham junto com a gente.

Eu quero fazer um apelo também àqueles que não são negros, mas que têm esse sentimento de fraternidade, de justiça, de respeito ao ser humano diferente que é o negro. Respeitem uma cultura que não deve ser nunca matéria de folclore; a religião negra que não deve ser nunca tratada como culto animista, primitivo ou fetichista. O negro tem de confrontar essas definições, ainda correntes hoje em Belo Horizonte, até mesmo expressas por personalidades que a gente tinha no conceito de serem progressistas e realmente democráticas. É uma luta muito difícil, porque eivada de filigranas, cheia de alça-pões. Mas nós vamos continuar deixando nosso brado de amor doado por Oxum, desde seu templo em Oshogbô, na Nigéria. Eu vivi nas proximidades desse templo e visitei esse local durante um ano; foi realmente de onde eu trouxe muita energia, muito desse axé, dessa esperança e desse amor que tenho por vocês, meus irmãos, e que tenho por todo o gênero humano, por todos os meus irmãos brancos, meus irmãos índios, aqui presentes.

Saravá, Oxum!

Ora-iê-iê-ô!

Juramento a Zumbi *

Peço humildemente permissão à Iyalorixá Mãe Hilda para invocar Olorum, senhor de todas as coisas, senhor da vida e da morte, senhor dos mortos e dos vivos.

Invoco Oxum, a doadora do amor. Rogo permissão a Oxum e a Exu para me ajoelhar diante da terra da liberdade da minha raça, e beijar este solo sagrado.

Beijo a terra da minha história e digo: "Aqui estou, Zumbi; aqui vim Zumbi, para me desculpar, para te dizer: Chegamos tarde, mas chegamos. Demoramos muito a vir resgatar o chão da nossa história, recuperar o chão da nossa existência livre. Perdão, rei Zumbi, por termos demorado tanto!"

Ao pé deste monumento, celebrado pelo amor dos seus herdeiros, pelo amor dos seus descendentes, depositamos nossas lágrimas e nossas esperanças. Viemos tarde, Zumbi, mas viemos definitivamente. Para marchar sempre para frente, levando o teu facho de luta, sonhando o teu sonho de liberdade. Até que esta raça grandiosa, este povo belo, o mais belo do mundo, o meu povo, o povo negro, resgate este país que ele construiu, o chão de Palmares, encharcado pelo teu suor, pelo sangue teu e dos nossos ancestrais. Chão sacralizado pelo sacrifício, pelo holocausto de toda uma raça.

Nós aqui estamos, Zumbi, para jurar o nosso compromisso de restaurar a tua pátria, retomar o chão da liberdade que tu plantaste nesta terra que é nossa. Este chão não será mais daqueles latifundiários que te apunhalaram pelas costas e pelo peito, aqueles latifundiários que te roubaram a vida a ti e a teu povo; que ainda estão roubando o suor do teu povo, calejado nos porões infames desta civilização industrial e capitalista. Este suor e este sangue — patrimônio africano que tu plantaste, nós os recolhemos, Zumbi. Estamos aqui, de joelhos, unidos de braços erguidos e punhos cerrados para dizer **não** à opressão. Dizer **não** ao racismo. **Não** à discriminação

* Improviso proferido por ocasião das solenidades cívico-religiosas na Serra da Barriga, inaugurando um marco de tributo a Zumbi, comemorativo do dia 20 de novembro — aniversário da sua morte — Dia Nacional da Consciência Negra, programadas pelo Memorial Zumbi, em 1983, em União dos Palmares, Alagoas. Agradecemos a Clóvis Antunes Carneiro de Albuquerque, membro do Conselho Deliberativo do Memorial Zumbi, a transcrição do discurso gravado.

e à exploração. Por isso quero que todos aqui respondam às perguntas que farei sob o testemunho do céu de Palmares:

- É mentira ou é verdade o 13 de maio?
- Mentira!
- Eu quero que todos respondam: para nós, descendentes dos escravos, é mentira ou é verdade a Independência do Brasil, em 1822?
- Mentira!
- Eu quero que todos me respondam, se é mentira ou é verdade a República de 15 de novembro de 1889?
- Mentira!
- Me respondam: qual é a nossa República?
- Palmares!
- É mentira ou é verdade a Princesa Isabel redentora?
- Mentira!
- E o Rui Barbosa abolicionista?
- Mentira!
- E o outro abolicionista chamado Joaquim Nabuco?
- Mentira!
- Eu quero que me digam se é mentira ou verdade aquela princesa africana, que ao lado de Zumbi sucumbiu de armas na mão, combatendo, de nome Aqualtune?
- Verdade!
- Mentira ou verdade os heróis negros enforcados da Revolta dos Alfaiates?
- Verdade!
- E a mãe de Luiz Gama, Luiza Mahin, condutora de revoltas da Bahia?
- Verdade!
- Eu quero que me digam, se é mentira ou se é verdade o movimento negro atual?
- Verdade!
- Respondam três vezes: quem é o libertador dos negros?
- Zumbi! Zumbi! Zumbi!

São estas verdades, Zumbi, que nós viemos aqui reconfirmar neste 20 de novembro. Tu bem as conheces, porque tu, lá no Orum, desde o axé da tua força e sabedoria, nos estás contemplando. Tenho certeza do teu júbilo, da tua felicidade, porque sabes que, hoje, aqui vieram estes que têm vindo todos os anos nesta peregrinação cívica, e estes jamais desonrarão o sangue teu e daqueles que contigo rolaram por estas ribanceiras, varados pelas balas assassinas, empunhando armas fumegantes na batalha de nossa liberdade coletiva.

Este Memorial Zumbi nasceu em agosto de 1980, numa reunião memorável.

Pela primeira vez se reuniram muitos representantes das comunidades negras, das associações, dos movimentos negros de todo o país. E lá também estiveram representantes progressistas de certas entidades oficiais. Pela primeira vez, se tentou tal diálogo: um trabalho conjunto da comunidade negra, de um lado, e setores democráticos e progressistas do governo federal do outro.

Esses órgãos oficiais estavam representados sobretudo por quadros e dirigentes da Universidade Federal de Alagoas, da Fundação Pró-Memória, CAPES, CNPq, Governo do Estado de Alagoas e Prefeitura de União dos Palmares. Portaram-se como entidades abertas à compreensão e à cooperação em benefício do nosso povo. Assinamos ainda a presença nesse trabalho de segmentos progressistas da igreja católica, representado pelo arcebispo da Paraíba, Dom José Maria Pires, Dom Zumbi; e de segmentos progressistas da igreja protestante. Sobretudo, portadora do axé dos orixás, presente sempre esteve conosco Mãe Hilda, Iyalorixá do Ilê Axé Ogum.

Estamos conscientes de que o projeto do Memorial Zumbi não é um projeto de fácil concretização. Isto porque ele não faz concessões às facilidades políticas; é um projeto que não transige com a monumentalidade puramente ostentatória. O Memorial Zumbi quer implantar uma instituição que realmente cumpra o objetivo para o qual foi criado: a fundação, aqui nesta serra, de um pólo de cultura de libertação do povo negro e do povo brasileiro.

Não é uma tarefa amena se considerarmos as dificuldades inerentes a uma luta íntegra num país racista como o nosso, onde a sociedade, por todos os meios a seu alcance, nos nega os direitos e as condições para uma realização desta envergadura. Mas o Memorial Zumbi não descansa e não dorme. Reitero: todos devemos possuir a plena consciência de que este trabalho tem de ser feito sob condições adversas. Delas havemos de arrancar os meios necessários para a objetivação dos nossos sonhos.

Sublinhemos que, procurando resguardar sua integridade básica e atuar com seriedade e discrição, o Memorial Zumbi tem sido uma vez ou outra mal compreendido. Certas pessoas julgam que o Memorial Zumbi está imobilizado. Supõem elas que o Memorial não está cumprindo as suas tarefas. Há até mesmo — porque não dizê-lo? — certas tentativas de solapamento do projeto do Memorial Zumbi. Tentativas não endossadas por nossa comunidade, de projetos paralelos, amesquinhadores do projeto original, se apresentando como instrumentos alternativos para a celebração e implementação das idéias libertárias de Zumbi. Nós devemos, aqui em praça pública, falar claro e em bom som, sem rodeios, sem medo e sem truques: estamos comemorando Zumbi e o Memorial Zumbi é a entidade que representa a todos nós e às entidades afro-brasileiras. O Memorial não é uma entidade particular de determinado município e nem de certa instituição. O Memorial Zumbi é uma frente, uma confederação de entidades que marca a vontade real do povo negro do Brasil, em uma unidade indestrutível.

Que este Memorial venha resgatar quatro séculos, quase cinco séculos, de omissão do Brasil a Zumbi, de omissão à sua lição, omissão à sua sabedoria. Seja dito que nós, os negros aqui presentes, não perdemos o fio de nossa história. Não abdicamos da tua linhagem temperada na chama e no axé de tua luta, Zumbi. Estamos aqui lidando para que teu sonho não se esvaneca na utopia ou nas co-

memorações retóricas. Porque a forma escolhida para celebrarmos a tua memória e os teus feitos é a do trabalho, na peleja para que o teu sonho seja uma realidade na vida cotidiana do nosso povo.

Para que assim seja, Zumbi, aqui reafirmamos o nosso juramento feito na primeira vez que aqui subimos, em 1980. O juramento de não nos afastarmos do caminho que traçaste, do teu exemplo, contribuindo para o advento de uma sociedade baseada na justiça e na igualdade, na qual todos os seres humanos possam ser irmãos. Tu, Zumbi, ensinaste aos negros, aos brancos e aos indígenas, ensinaste a todo o gênero humano, o mandamento exemplar da vida em comunhão, em comunhão fraterna. Antecipando qualquer socialismo europeu, plantaste aqui nesta terra, na tua república livre dos Palmares, a semente de uma sociedade socialista, e no modelo quilombista nós queremos recuperar esta herança de sociedade sem exploradores e sem racistas. Porque o quilombismo, que os europeus chamam de socialismo, nada mais é do que aquilo que tu vivenciaste com teu povo. Uma experiência extraordinária de sociedade majoritariamente negra, que jamais excluiu, da participação comunitária e do direito democrático, membros de qualquer raça ou de qualquer cor.

É corrente até hoje aqui na serra uma lenda que bem retrata o sentido da atividade econômica dos palmarinos. Creio que todos aqui a conhecem: quem entra na floresta daquele morro distante pode comer os frutos das árvores que lá existem. Entretanto, se tentar trazer os frutos para fora da floresta com intuítos espúrios de comércio ou de lucro, jamais conseguirá sair do labirinto da floresta.

Singelamente, aí está a primeira lição anti-capitalista, ampliada no decorrer desta história verdadeira de Palmares. Desde os quinhentos, portanto séculos antes dos teóricos do socialismo científico, tu já pregavas, Zumbi, tu já praticavas o quilombismo da nossa ciência política africana. E nós nascemos desta lição anti-capitalista, desta prática da anti-exploração do trabalho humano. Estamos vivendo num tempo de sociedade estúpida, sociedade ansiosa de lucro, uma sociedade que suga o sangue do irmão, fura o olho do irmão pela ambição irrefreável de possuir, de lucrar mais.

Mas nós aqui estamos prometendo fidelidade à tua lição de fraternidade, acima dos apelos do consumismo e das armadilhas da mais-valia. A nossa sociedade voltará a ser, como foi a tua, uma sociedade harmoniosa na alegria de viver, na alegria do trabalho, na alegria da celebração da nossa cultura, aberta a todos os eventos do futuro, a todo o acontecer do amanhã novo.

Assim, Zumbi, aqui estamos jurando a ti o juramento de, fiéis às forças telúricas da nossa mãe África, continuar a tua luta, a nossa luta. Enfrentaremos os inimigos como tu os enfrentaste. Desafiaremos essas forças que, por serem anti-negras, são forças anti-povo brasileiro, portanto, forças anti-nacionais. E haveremos de vencer daqui, deste símbolo libertário, para todo o Brasil, a esperança e a certeza de uma nação brasileira unida, uma nação unida na identidade dos seus filhos: na identidade africana da sua face, na identidade indígena dos grandes ancestrais desta terra, na fraternidade

aos nossos irmãos orientais, aos nossos irmãos procedentes da Europa, fraternidade com todos desejosos de trabalhar conosco num regime de dignidade e respeito recíproco.

Te prometemos isso, Zumbi, porque este foi teu sonho. E saiba que lá na Câmara Federal apresentamos um Projeto de Lei, instituindo o teu dia 20 de novembro como feriado nacional, para que todas as escolas públicas do país te celebrem, te reverenciem, não só tua memória, mas o teu exemplo heróico de comunhão e de fraternidade até a morte em liberdade.

Termino invocando os eguns, nossos mortos e ancestrais, os quilombolas valentes que contigo tombaram lutando, defendendo Palmares. Que Obaluaiê os proteja, irmãos.

Zumbi está vivo!

Axé!